

O Centro de Segurança Alimentar deve evitar os excessos

Os fiscais do Centro de Segurança Alimentar intensificaram a fiscalização aos estabelecimentos de restauração de Macau, grandes e pequenos, nas áreas da aquisição, armazenamento e higiene dos alimentos, e ainda às instalações, remodelações efectuadas, equipamentos e instrumentos. Segundo consta, os estabelecimentos são fiscalizados de 2 em 2 ou 3 em 3 dias, e as exigências variam consoante o fiscal. Atendendo à falta de critérios, os operadores têm dificuldade em dar resposta às exigências.

Em meados de 2014, o IACM apresentou as “orientações relativas ao registo dos alimentos conservados”, mas alguns restaurantes pequenos precisam de mais esclarecimentos. Nessas orientações exige-se o registo da entrada e saída de alimentos, incluindo a data, a quantidade, as fontes, etc., mas quanto à conservação, podem ser os operadores a decidir sobre a forma mais adequada. Todos sabem que é raro o transporte de mercadorias antes das 9 da manhã, mas os fiscais chegam por volta dessa hora e exigem a apresentação do registo da entrada e saída das mercadorias do dia, portanto, os operadores consideram que os fiscais desconhecem a realidade.

No mercado, os vendedores têm sempre as mãos molhadas, portanto, é difícil exigir-lhes que ponham de lado os instrumentos de trabalho e peguem numa caneta para passar uma factura. E já não é nada mau quando a passam num papel limpo! Será que os fiscais nunca foram ao mercado fazer compras? A temperatura do frigorífico afecta a conservação dos alimentos e bebidas, mas isso não significa que quanto mais baixa estiver melhor é a conservação, pois quando a temperatura está baixa, os legumes e as frutas estragam-se, as cervejas e as gasosas ficam congeladas, e os recipientes rebentam. Isto é cultura geral.

Normalmente nas retentoras de gordura e nos esgotos das cozinhas dos restaurantes abre-se um pequeno buraco para facilitar a limpeza e a manutenção, portanto, mantê-los sempre fechados será difícil. Nem nas ruas nem nas nossas casas isso acontece. Os equipamentos de cozinha são em aço inoxidável, e mesmo que sejam limpos diariamente, o tempo vai passando, então, como é que é possível mantê-los novos e limpos?

Segundo os procedimentos normais, a vistoria aos estabelecimentos de comidas e bebidas para o licenciamento é feita a nível interdepartamental. Os dirigentes não devem contradizer o que foi decidido por eles próprios. Na vistoria, examinam-se até os exterminadores de mosquitos e as placas para sinalização da saída. É necessário ter em conta que no mercado há diferentes modelos desses produtos. No caso dos exterminadores de mosquitos, antigamente nas vistorias exigia-se o modelo rectangular, e todos mudaram para esse modelo. Agora passou a ser exigido o modelo semi-circular. Nas vistorias conjuntas pelo IACM e

Bombeiros, exige-se que as saídas sejam sinalizadas com placas de fundo de cor verde e caracteres brancos, e nem o verde escuro é aceite. Como resultado, depois de instaladas, voltam a ser retiradas, o que é um desperdício e contraria a protecção ambiental. Porém, podem ver-se essas placas instaladas, mesmo que sejam de modelos diferentes, quer nos grandes hospitais que noutros espaços públicos. Será que essa inspecção rigorosa é exclusiva para os estabelecimentos de comidas e bebidas?

Com a entrada em vigor da Lei da Segurança Alimentar, foi criado o Centro de Segurança Alimentar. Sendo Macau uma cidade turística, e também candidata a cidade gastronómica, deve ser apoiada a prevenção de quaisquer riscos de segurança alimentar. Tanto os novos dirigentes como os funcionários, novos ou antigos, não devem estar desligados da realidade quando exercem as suas competências, confundindo as leis e as suas ideias. A sua atitude também não pode ser como a de alguns agentes da gestão municipal na China Continental. O importante é que, não havendo instruções nem critérios, e tudo variar consoante o que diz e exige cada dirigente, os operadores não sabem como cumprir as regras. O Governo, quando aplica as leis, não pode estar desligado da cooperação com a população. Todas as questões estão relacionadas com o bem-estar da população. Um Governo que age como quer, é um Governo que não tem por base a população.

IAOD do Deputado Fong Chi Keong em 11.04.2017

Tratar bem das relações para criar uma sociedade harmoniosa

Para criar uma sociedade harmoniosa, manter estabilidade e prosperidade, e assegurar um desenvolvimento ordenado, Macau tem de resolver fortes contradições estruturais. A meu ver, há que tratar bem das seguintes duas relações:

1. Relação entre o Governo e a opinião pública

Existe, em Macau, um fenómeno especial, isto é, parece que o Governo já está habituado a fazer uma auscultação pública sobre todo e qualquer assunto, talvez porque entende isto como a forma de ouvir as opiniões da população e de promover a democracia, razão pela qual surgem constantemente situações em que só há discussão sem qualquer decisão, ou até mesmo em que depois da tomada de decisão esta não é cumprida. A questão de como deve o Governo tratar a opinião pública e a democracia merece ser bem resolvida. Ultimamente, a democracia na Europa está a sofrer grandes frustrações, situação que é descrita como “paradoxo da democracia”, e os seus motivos, segundo algumas análises, residem, principalmente, na participação excessiva e cega por parte da população, pois nem todos dominam as matérias complicadas ao nível político, económico ou de desenvolvimento, ou têm condições para se pronunciar. O Governo não pode ser separado dos cidadãos, senão, não consegue representá-los, nem obter a sua confiança e satisfação. Se o Governo seguir totalmente a opinião pública e fizer tudo para a satisfazer, sem apresentar as próprias políticas, nem conduzir os cidadãos e a sociedade para a direcção correcta, isto não é mais do que fugir às responsabilidades. Se o Governo não assumir as devidas responsabilidades, vai florescer o populismo, o que faz com que a população não saiba o que deve fazer, reforçando-se a hostilidade social. Além disso, se uma questão complicada, que, de facto, pode ser resolvida através de uma decisão tomada internamente pelo Governo tiver de sujeitar-se a uma auscultação pública para a sua resolução, demonstram-se, em certa medida, o fracasso do sistema político e a fraca capacidade e autoconfiança do Governo. Recentemente, alguns comentadores políticos do Ocidente apresentaram argumentos, tais como, “será que a democracia formal ou procedimental traz democracia real?”, “é certo que a democracia excessiva coloca a democracia numa posição fatal” e “a democracia também pode ser agredida por ela própria”, e tudo isto merece uma reflexão profunda por parte do Governo.

2. Relação entre as partes laboral e patronal

Em Macau vigora o sistema capitalista, portanto, há que admitir que o capital é de propriedade privada. Existe na sociedade uma relação laboral entre

empregadores e trabalhadores, e, atendendo a este tipo de regime, a condição de trabalhadores faz com que tenham de prestar o seu trabalho para obter um salário. Quando há uma relação laboral com os empregadores, os trabalhadores têm de depender deles, obedecendo ao seu comando e concluindo as tarefas, portanto, não existe uma relação de igualdade, mas, sim, uma relação de dependência, ou seja, uma relação de desigualdade. Isto é algo que existe necessariamente no sistema capitalista, e que não pode ser alterado ou substituído. Hoje em dia, o posicionamento político dos trabalhadores tem aumentado constantemente, mas isto não altera a sua posição de dependência ao nível da relação laboral. Os trabalhadores podem assegurar e lutar pelos direitos e interesses próprios dentro das condições permitidas por lei, mas o mais importante é haver uma coordenação com os empregadores para construir uma boa relação laboral. Os empregadores também devem considerar os interesses de ambas partes e criar condições para a construção de uma relação laboral harmoniosa. Quanto ao Governo, este deve desempenhar o papel de conciliador, para minimizar os conflitos laborais.

IAOD dos Deputados Kou Hoi In, Cheang Chi Keong e Chui Sai Peng José em 11.04.2017

Recentemente, o meu gabinete recebeu muitas opiniões de fornecedores, acusando a grave insuficiência de zonas de cargas e descargas e de lugares de estacionamento, o que afecta o seu funcionamento. E com a entrada em vigor, em 1 de Janeiro, da nova Tabela de Taxas e Preços da DSAT e a actualização do Regulamento do Serviço Público de Parques de Estacionamento, foi reforçada a aplicação de sanções em geral e em especial aos veículos de transporte de mercadorias, e reforçado o combate aos veículos que ocupam em permanência lugares de estacionamento públicos. Isto afecta o normal funcionamento do sector dos transportes de mercadorias, aumentando os custos operacionais e semeando a confusão.

Como são insuficientes as zonas legais para cargas e descargas, a única alternativa é estacionar temporária e ilegalmente os camiões. Contudo, os motoristas são sempre expulsos pela polícia de trânsito, e mesmo quando abandonam de imediato o local, as autoridades não retiram as multas, ora, isto obriga ao estacionamento dos camiões em locais mais afastados e ao transporte das mercadorias com carrinhos. Como a falta de recursos humanos é muito grave, as necessidades de mão-de-obra aumentam tal como aumenta o volume de trabalho do pessoal do sector, acabando por se afectar a respectiva eficiência.

A falta de lugares de estacionamento para camiões, especialmente nos feriados e à noite, depois do trabalho, já se arrasta há muito, e os motoristas só podem optar pelo estacionamento ilegal. Em caso de bloqueamento e remoção, a perda imediata dos camiões, o impacto para o funcionamento das empresas e as altas tarifas para o respectivo desbloqueamento resultam em grande preocupação para os empregadores, situação que ainda é pior para as pequenas e médias empresas.

Apelamos então ao Governo para, ao resolver o problema do trânsito, considerar também as necessidades de todas as partes, definindo quanto antes um espaço de estacionamento e de paragem temporária para as cargas e descargas de mercadorias. Neste momento, o Governo disponibiliza espaços de estacionamento para autocarros de turismo, que apesar de serem poucos, conseguem resolver o problema de estacionamento de alguns deles. O sector dos transportes de mercadorias enfrenta o mesmo problema de falta de espaço para estacionamento, então, o Governo tem alguma medida para resolver o problema e a situação difícil com que se deparam? Propomos a utilização temporária de alguns terrenos ainda não aproveitados, definindo-se os respectivos períodos de estacionamento, tanto de manhã como de noite. Com vista a resolver a referida dificuldade, o Governo deve também tomar medidas de condicionamento do

trânsito, nas ruas de menor movimento, durante a noite, aos fins-de-semana, e nos períodos de feriado prolongados, de tempestade tropical e de chuva. Essas medidas podem facilitar as actividades do sector, evitando que os seus veículos sejam multados, bloqueados e rebocados, e ao mesmo tempo apoiar as micro, as pequenas e as médias empresas.

Por forma a facilitar a gestão e a aplicação da lei por parte dos serviços competentes, propomos ao Governo que crie um “Cartão de estacionamento”, destinado exclusivamente aos profissionais do sector, para estes poderem estacionar os veículos e proceder à carga e descarga de mercadorias em algumas vias com menos tráfego e fora das horas de ponta.

IAOD de Leong On Kei em 11.04.2017

Macau é pequena mas a população é muita. E o crescimento económico e populacional dos últimos anos resultou no aumento constante dos preços e das rendas dos imóveis, portanto, os residentes só podem depositar a esperança na habitação pública. Nos concursos para a habitação económica, constatou-se a grande discrepância entre o número de fracções disponíveis e o número de candidaturas o que, de algum modo, revela o grave desequilíbrio entre a oferta e a procura. E a escassez de terrenos agrava ainda mais os conflitos sociais.

Perante isto, o Governo tem procurado terrenos adequados para a construção de habitação pública, com vista a ajudar os residentes que necessitam de casa. Segundo afirmações recentes, as autoridades vão construir mais de 8 mil fracções públicas na Avenida Wai Long, no lote em frente do Aeroporto da Taipa, mas como o terreno fica perto da Central de Incineração e do Aeroporto, é necessário escavar parte da montanha para construir um grande complexo habitacional. Alguns estão preocupados com os problemas que isto pode causar ao trânsito, e para além disso, devido à falta de instalações comunitárias e ao mau ambiente habitacional, há quem considere que é mais adequado utilizar esse terreno para fins de desenvolvimento económico, nomeadamente, para o turismo.

Como o preço e as rendas dos imóveis têm subido em flecha, a habitação já é um dos principais problemas da população de Macau. Agora, o Governo está a encontrar terrenos adequados para a construção de habitação pública, para dar resposta às necessidades prementes da sociedade, atitude que reflecte as ideias governativas de “pensar no que pensa o povo e satisfazer as suas necessidades” e de “ter por base a população”. Segundo muitos cidadãos, já foram construídos nas proximidades do terreno em causa complexos habitacionais de luxo e de grande dimensão, e ainda dormitórios universitários, os quais não foram afectados pelos referidos problemas, portanto, estou a crer que este plano de construção de habitação pública pode ser aperfeiçoado, no sentido de evitar a ocorrência dos referidos problemas. Através disto, será possível resolver os problemas habitacionais de alguns cidadãos, para que possam ter quanto antes um lar, mostrando-se que o Governo “pensa no que pensa o povo e satisfaz as suas necessidades”.

De facto, se o Governo planear construir um complexo de habitação pública naquele terreno, pode avançar com uma consulta pública sobre a concepção e os materiais de construção, a proporção das tipologias das fracções, as instalações complementares e o ruído, no sentido de auscultar amplamente os opiniões dos cidadãos, e de o plano corresponder às necessidades dos cidadãos, ajudando-os a concretizar o sonho de “ter um lar confortável”.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 11.04.2017

Ao longo dos anos, a venda de produtos alimentares frescos e vivos nas zonas de tendas em mercados tradicionais permitiu a muitas famílias e aos estabelecimentos de restauração terem mais opções ao nível das compras, assim, as referidas instalações tornaram-se indispensáveis e fundamentais tanto para a vida como para os negócios. Mas, nestes últimos anos, surgiram situações desfavoráveis ao desenvolvimento dos mercados, devido a falhas ao nível da definição de políticas e da gestão de diversos serviços públicos.

Desde a transferência de soberania, o Governo não construiu novos mercados municipais. Algumas zonas que dantes eram novas, por exemplo, os Novos Aterros do Porto Exterior (NAPE) e a zona Nordeste, entre outras, passaram a ser densamente povoadas. O Governo alegou que esta situação se deveu à inexistência de lotes adequados. O Governo definiu que os centros comerciais nos complexos de habitação pública recém-construídos só são concedidos a um único adjudicatário. Mas os mercados municipais têm a sua importância, as bancas são exploradas independentemente por diferentes lojistas, portanto, os produtos são mais frescos e vivos, e são mais ricos em espécie, o que permite fazer uma comparação de preços e proporcionar mais escolhas aos cidadãos. Assim, nas políticas relacionadas com os mercados municipais, deve levar-se em consideração a manutenção dos mercados municipais e a elevação da competitividade, para criar uma boa concorrência entre os mercados municipais e os centros comerciais, evitando monopólios e proporcionando verdadeiras escolhas aos residentes. Não se deve, portanto, planear construir centros em vez de mercados, porque, em termos de longo prazo, isto pode afectar a vida da população.

Alguns mercados de Macau estão, gradualmente, a atrofiar-se, uns por problemas de planeamento, de concepção e de falta de instalações, outros devido à saída ou diminuição demográfica naquelas zonas. Neste momento, como o Mercado de Iao Hon e o Mercado Vermelho estão localizados nas zonas mais povoadas, e os seus planeamentos são relativamente adequados, são bem aceites pelos residentes e têm muita gente nas horas de pico. Porém, devido a diversos factores, há falta de fluxo de pessoas nos Mercados de S. Domingos, da Horta da Mitra, da Taipa e de Coloane, situação esta que leva os vendilhões a enfrentar dificuldades de exploração, e até aparecem tendas vazias, causando um círculo vicioso.

Mas os problemas de concepção podem levar a que um mercado encontre dificuldades no seu funcionamento, o que não representa que os moradores não precisem do mercado. Portanto, ao fazer um planeamento, o Governo deve reservar algum espaço para construir um mercado. Perante os problemas diferentes que todos os mercados têm, o Governo deve adoptar medidas

apropriadas para os diferentes casos. Recentemente, o Governo determinou a optimização das instalações físicas e o reajustamento das bancas do Mercado de S. Domingos, ou seja, mudar as bancas que vendem peixe da cave para o rés-do-chão e traçar um novo projecto para um melhor aproveitamento da referida cave, e acredito que o plano vai ter bom resultado.

O Governo tem de rever toda a política relacionada com os mercados e vendilhões, confirmando a utilidade e função dos mercados tradicionais, e efectuar um plano para elevar a respectiva competitividade, bem como atrair pessoas para ingressarem neste sector. Ao mesmo tempo, deve-se elevar o *hardware* dos mercados existentes, melhorando o seu ambiente interior, nomeadamente, instalando ar condicionado, e isso vai melhorar o ambiente de negócio dos vendedores e proporcionar um melhor ambiente à população durante as suas compras, aumentando assim a atractividade dos mercados.

IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 11.04.2017

Nos últimos anos, o Governo aperfeiçoou as instalações nas zonas de lazer da marginal da Taipa e de Coloane, para melhorar o contorno urbano e a paisagem costeira da cidade e disponibilizar mais espaços para actividades de lazer. O Governo afirmou que há uma orla costeira de mais de 20 quilómetros, nos Novos Aterros, reservada para a criação de um corredor marginal, cujo objectivo é construir um cinturão verde, desde a Península de Macau às Ilhas, para proporcionar aos cidadãos e turistas um ambiente verde pedonal.

Existem duas pistas de bicicletas na Taipa: uma na Zona de Lazer da Marginal da Taipa, com três mil metros; outra na Flor de Lótus, com mil e 300 metros, que passa pela Estrada do Dique Oeste, por debaixo da Ponte Flor de Lótus e pelo Parque Industrial da Concórdia, onde se podem apreciar os mangais e a paisagem do outro lado. As duas pistas referidas são espaços de diversão e desporto para os cidadãos, mas, como não estão ligadas, a sua atractividade não foi desempenhada.

Antes do Retorno, os residentes podiam caminhar à beira-mar desde o Pac On até Coloane, contudo, a Estrada do Dique Oeste à beira-mar ficou interdita com a construção de hotéis após o período do Retorno. Os residentes referem, desde há longos anos, que estão à espera que essa parte interdita volte a abrir ao público e que a zona de lazer da marginal da Taipa seja ligada, através do corredor exclusivo para bicicletas, ao corredor da Flor de Lótus, até Coloane, criando assim um local de passeio de lazer dentro de um ecossistema.

Em meados de Maio do ano passado, o IACM afirmou que o plano de desenvolvimento do corredor exclusivo para bicicletas da zona de lazer da marginal da Taipa é um trabalho contínuo, tendo já sido finalizada a 3.^a fase, e no futuro serão ainda abertas mais 3 fases de desenvolvimento, sendo que a 4.^a e 5.^a fases vão ligar este corredor exclusivo para bicicletas com o da Flor de Lótus, e a 6.^a fase vai ligar este último ao da Estrada de Lai Chi Vun, dispondo assim de um corredor exclusivo para bicicletas com 6500 metros. Em Julho do ano passado, a DSSOPT afirmou que vai cooperar activamente neste projecto.

Para construir uma cidade com condições ideais de vida e haver uma conjugação com o posicionamento do centro de turismo e lazer a nível mundial, há que prosseguir a concretização do planeamento da criação de um corredor verde em torno da ilha, e o Governo deve mesmo afirmar que o espaço costeiro vai estar aberto ao público, concretizando, quanto antes, o plano de construção de um corredor exclusivo para bicicletas na área costeira da Taipa, para ligar a ciclovia da Avenida Marginal Flor de Lótus à da zona de lazer da Marginal da Taipa, para melhorar o ambiente verde pedonal de Macau, o que responde à necessidade de os cidadãos terem instalações para lazer e actividades recreativas, e também criar

condições para construir uma cidade com condições ideais de vida, e para a conjugação com a construção do centro de turismo e de lazer a nível mundial.

IAOD da Deputada Chan Hong em 11.04.2017

Urge rever as posturas relativas aos mercados

As posturas relativas aos mercados, estabelecidas em 1960, foram alvo de duas alterações em 1989, mas, mesmo assim, não conseguem acompanhar as necessidades, por exemplo, os regimes de gestão dos mercados da Península de Macau e da Taipa continuam a ser diferentes, o que origina situações injustas e dificulta a regulamentação do funcionamento dos mercados.

Em 2015, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) detectou, tal como divulgado no Relatório de investigação sobre as posturas e regulamentos municipais, que as posturas relativas aos mercados de Macau estão gravemente desactualizadas, designadamente devido ao conteúdo demasiado simples e oco das respectivas normas, e que faltam regimes eficazes de fiscalização e de sanção, daí as dificuldades na fiscalização e na aplicação da lei. Foi então sugerido ao Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) que procedesse, quanto antes, a uma revisão global das posturas relativas aos mercados, aperfeiçoando o regime legal no âmbito da gestão de mercados. O IACM concordou com as sugestões do CCAC e afirmou que ia, tendo em conta a urgência, acelerar a devida revisão, isto é, que ia alterar as posturas relativas aos mercados e aperfeiçoar as posturas municipais relacionadas com a comercialização dos produtos alimentares frescos e vivos, com vista à articulação com as necessidades do desenvolvimento social.

Na resposta a uma interpelação oral de um deputado, o IACM respondeu que estavam a ser preparados diversos diplomas legais, tais como a “Lei relativa ao Regime de Gestão dos Mercados Públicos”, a “Lei relativa ao Regime de Gestão dos Vendilhões”, e o “Regime de Controlo dos Estabelecimentos de Exploração de Produtos Alimentares Frescos e Vivos - Hortaliças, Carnes e Pescado”. Esses diplomas visam proceder à revisão e a nova regulamentação dos articulados relacionados com a gestão dos mercados municipais, dos vendilhões e dos estabelecimentos de venda de produtos alimentares frescos e vivos no âmbito do “Código de Posturas do Município de Macau”, do “Código de Posturas do Município das Ilhas”, do “Regulamento dos Mercados Municipais”, e das “Posturas dos Vendilhões, Artesãos e Adelos da Cidade de Macau”. Já passou um ano e o Governo ainda não tem uma calendarização para esse trabalho legislativo.

As informações indicam que o texto de revisão do “Regulamento dos Mercados Municipais” já está concluído, portanto, o Governo deve avançar quanto antes com a respectiva consulta pública, para responder às necessidades da população, regulamentando a gestão de todos os mercados municipais de Macau, para que a proposta de lei possa ser enviada à Assembleia Legislativa para apreciação no início da nova legislatura. Quanto aos diplomas relacionados com

os mercados municipais e vendilhões, o Governo deve definir um plano para a sua revisão geral, assegurando a respectiva articulação, melhorando progressivamente a gestão dos mercados e dos vendilhões.

A higiene dos mercados municipais, os preços e a segurança dos produtos alimentares constituem das maiores preocupações da população. Assim, durante a revisão das leis, é necessária a introdução de mecanismos de concorrência e de maior transparência dos preços, bem como o reforço do regime sancionatório, com vista a elevar a qualidade dos serviços nos mercados municipais.

IAOD do Deputado Sio Chi Wai em 11.04.17

Mudança de mentalidade em prol do impulsionamento do desenvolvimento de novas indústrias

De acordo com os recentes dados estatísticos da Autoridade Monetária de Macau, no âmbito dos créditos às PME houve um aumento significativo quanto ao balanço relativo aos empréstimos em dívida. Até ao final de Dezembro de 2016, estes empréstimos em dívida atingiram 580 milhões, um aumento de 88,7 por cento relativamente ao 1.º semestre de 2016, e um aumento de 57,9 por cento em relação ao período homólogo de 2015. Dos novos empréstimos concedidos, a parte que teve um aumento significativo foi a das finalidades de “expansão de negócios” e de “desenvolvimento de novos projectos/planos”, representando 72,2 por cento e 87,5 por cento.

Uma parte das PME das indústrias tradicionais está a enfrentar desafios de desenvolvimento. Quanto às empresas das indústrias criativas, estas estão mais optimistas sobre o futuro desenvolvimento de Macau, por isso agarram todas as oportunidades de transformação e reconversão, e caminham rumo a uma inovação constante.

De acordo com as experiências de desenvolvimento de outros países e regiões, as grandes empresas são menos vulneráveis e têm maior capacidade competitiva do que as PME e, mesmo que estas estejam em maior número, continuam a sofrer a forte pressão das grandes empresas. Quando se trata do desenvolvimento do sector financeiro com características específicas, o Governo deve utilizar o método de “as grandes empresas conduzirem as pequenas”, pois deve atrair as grandes empresas de elite e com grande experiência para Macau, com vista a estas poderem levar as PME a atingir novos resultados e, ao mesmo tempo, conduzindo ao crescimento e ao engrandecimento das novas indústrias. Com o método de “as grandes empresas conduzirem as pequenas”, aquelas irão liderar o desenvolvimento das novas indústrias, podendo alcançar os seguintes resultados:

- 1) Estamos na era da internet, sendo também a era dos jovens expandirem os seus talentos e demonstrarem a sua primazia, e, se se aliar as novas indústrias com a internet, isso poderá elevar o interesse profissional dos jovens e abrir mais oportunidades de emprego;
- 2) As novas indústrias precisam de talentos com conhecimentos e habilitações elevados. Macau dispõe de 15 anos de escolaridade gratuita, há vários anos, e isso é benéfico para formar talentos com qualidade, sendo que o desenvolvimento das novas indústrias poderá abrir novos horizontes de trabalho aos jovens locais.
- 3) Uma das características da era da internet é não existirem a limitação

territorial e a da dimensão do mercado e, como Macau é pequena e tem pouca população, isto é adequado para desenvolver as suas vantagens e impulsionar o desenvolvimento da indústria criativa.

Mas agora o desenvolvimento das novas indústrias é limitado por vários factores. Sabe-se que o desenvolvimento das novas indústrias tem estreita relação com o da internet, mas a velocidade e as aplicações da internet de Macau ainda não atingem o nível mundial, o que é merecer de grande atenção. O Governo e a sociedade devem quebrar o impasse da situação, para acelerar a velocidade, fazer o *upgrade* e reconverter o sistema da internet de Macau. Só se as respectivas instalações básicas forem melhoradas, é que Macau pode ter as condições e vantagens para o desenvolvimento estável das diferentes novas indústrias.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 11.04.2017

Face ao rápido desenvolvimento económico, aumentaram os conhecimentos dos cidadãos sobre seguros, e a consciência em relação à sua compra também tem aumentado gradualmente. Mas as leis e os regulamentos administrativos actualmente em vigor não são perfeitos, os seguros não conseguem produzir os efeitos previstos, e os cidadãos não são devidamente salvaguardados. Alguns cidadãos que sofreram acidentes só conseguiram indemnizações baixas das seguradoras, deixando-os arrependidos de terem comprado seguro; outros não compram seguro por acharem que a protecção é insuficiente; e há ainda outros que preferem mesmo deslocar-se até às regiões vizinhas para o comprar.

Por exemplo, em Hong Kong, o valor mínimo do seguro para os veículos já atinge 100 milhões, mas em Macau, como a lei define que o valor mínimo para os veículos ligeiros e motociclos pesados é um milhão e quinhentas mil patacas, os cidadãos, basicamente, não conseguem comprar um seguro que assegure um valor de indemnização mais elevado. Neste momento, os acidentes de viação graves envolvem indemnizações de milhões, e depois de descontado aquele milhão e quinhentas mil patacas da seguradora, é a própria pessoa que tem de assumir o remanescente. Houve casos em que o condutor foi à falência por causa da indemnização, e outros em que a vítima teve de pagar as suas despesas médicas por o condutor não conseguir indemnizá-la. Pelo visto, o referido valor do seguro já não consegue acompanhar as necessidades sociais, não sendo assim possível assegurar apoio económico atempado às vítimas.

Um outro exemplo é o seguro para os trabalhadores, que é obrigatório. Os empregadores têm de o comprar mas, como a maior parte deles, e dos trabalhadores também, não são especialistas em direito, quando há mudanças quer salariais quer do número de trabalhadores, não as declaram, em tempo oportuno, à seguradora, ou não procedem ao pagamento da diferença do prémio, e o resultado é a insuficiência do capital seguro. Nestes casos, quando ocorre um acidente de trabalho, a indemnização é paga pela seguradora com base no contrato efectivamente celebrado, e o valor remanescente é responsabilidade das próprias pessoas, o que é bastante desfavorável para garantir os direitos e interesses de empregadores e trabalhadores.

Pelo exposto, a Administração, tendo em conta o desenvolvimento socioeconómico de Macau, deve aumentar o valor mínimo do seguro obrigatório para os veículos motorizados bem como definir um mecanismo para a sua revisão periódica. Mais, actualmente, na maioria dos casos de seguros adquiridos para os trabalhadores, o capital seguro é insuficiente, portanto, a Administração tem de sensibilizar empregadores e empregados sobre as leis e regulamentos respectivos, com vista a garantir, de facto, os legítimos direitos dos trabalhadores e assegurar a estabilidade social.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 11.04.17

O Relatório de Actividades de 2016 divulgado pelo CCAC revelou as infracções de muitos serviços públicos, e como é grande o alcance das infracções, bem como o número de serviços públicos envolvidos, e a sociedade nem consegue imaginar. Para além das zonas cinzentas resultantes das lacunas nas leis, uma parte dos funcionários públicos violou, abertamente, o princípio da legalidade, por exemplo, houve quem aproveitasse as lacunas nas leis e tivesse procedido à adjudicação, de forma parcelar, de serviços públicos; houve um funcionário público que recorreu ao registo falsificado de horas extraordinárias para receber um subsídio extra; houve ainda um governante que subdelegou, ilegalmente, as suas competências e, perante a investigação do CCAC, não colaborou, tentou esconder os factos e até dificultou a investigação. As situações caóticas na administração pública não param, e não se limitam a um serviço público ou indivíduo. Reparando na situação dos últimos anos, o alcance do problema é cada vez mais amplo, e as infracções foram cometidas regularmente e em grupo. O agravamento desta situação prejudica, gravemente, a vida da população e a credibilidade do Governo.

No que respeita às confusões da função pública, o relatório do CCAC apontou novamente um outro caso de contratação de um ex-dirigente sem licenciatura por um serviço público para o cargo de assessor, mesmo não reunindo os requisitos para exercer essas funções. Os cargos importantes devem ser preenchidos por pessoas competentes e, no caso de um indivíduo que nem as condições básicas consegue reunir, como é que irá desempenhar bem as funções e servir a população?

Além disso, a sociedade também tem estado atenta ao problema da injustiça na selecção interna de trabalhadores com talento. Apesar de os cargos de direcção e de chefia poderem ser providos por nomeação, na realidade, há situações de injustiça que resultam da falta de transparência tanto das informações como dos critérios para a nomeação. Essas injustiças constituem um choque que afecta gravemente o moral dos funcionários da linha de frente que trabalham com esforço e dedicação. Se todos assumirem uma atitude de “deixar andar”, e de dar mais importância às relações pessoais do que às habilitações, quem ainda irá trabalhar com esforço e dedicação?

Quanto à promoção interna do pessoal dirigente e de chefia nos serviços públicos, na minha opinião, deve ser ponderada a introdução do regime de concurso público e, através da definição de requisitos de concurso, e de procedimentos e mecanismos de recrutamento rigorosos, abrir concurso público para os cargos de dirigente e de chefia, fornecendo oportunidades de promoção na carreira aos funcionários das carreiras mais baixas ou médias, proporcionando-lhes competitividade, assegurando-lhes oportunidades justas, imparciais e abertas de promoção na carreira, e permitindo aos talentos ocupar altos cargos, a fim de elevar a qualidade de toda a equipa da Função Pública.

As exigências e a esperança da sociedade em relação aos serviços públicos e à integridade administrativa estão cada vez mais altas. Por um lado, o Governo deve aprender com as experiências passadas, reconhecer os erros e corrigi-los, e estar com o “alarme sempre a soar”. Por outro lado, deve ter a coragem de resolver os problemas que se arrastam há muito e os relativos aos interesses e relações contraditórias, e concretizar os regimes de avaliação de desempenho e de responsabilização, porque só assim é que o nível das acções governativas segundo a lei e a credibilidade do Governo conseguem ser elevados plenamente, satisfazendo melhor as exigências da sociedade.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 11.04.2017

Resolver os litígios na qualificação para candidatura a habitação económica, para assegurar os direitos e interesses de habitação razoável por parte das famílias

No mês passado, o Instituto de Habitação (IH) revelou que foram rescindidos ou estão em procedimento jurídico de rescisão 61 contratos-promessa de compra e venda de habitação económica a agregados familiares, porque os compradores, os cônjuges ou membros das famílias têm na sua posse outra fracção habitacional. Na sua resposta, o IH referiu ainda que a recuperação das fracções visa assegurar a utilização racional dos recursos públicos de habitações. Mas os agregados familiares afectados explicaram que houve alterações devido ao prazo demasiado longo para a celebração de escrituras, por mudança do estado civil ou por herança familiar. Apesar de ter sido declarada ao IH a mudança posterior nos elementos dos seus agregados familiares, de acordo com as instruções do mesmo, os seus contratos-promessa de compra e venda de habitação foram na mesma rescindidos, e estes agregados familiares não conseguem aceitar esta decisão. Ao mesmo tempo, os proprietários das fracções económicas que ainda não celebraram as escrituras receiam que, no futuro, o IH aplique ainda outras disposições para recuperar as suas casas, estando, por isso, muito ansiosos.

De facto, já se registaram casos de aquisição de habitação económica sem se conseguir fazer a escritura durante mais de 10 anos e, posteriormente, devido ao casamento de 1 dos membros do agregado familiar, o Instituto de Habitação (IH) recuperou a habitação e o interessado apresentou queixa no CCAC, e este deu-lhe razão. O Gabinete de Comunicação Social e o IH referiram que, se se não incluir o cônjuge na lista do agregado familiar, é necessário preencher um outro impresso a declarar que é “casado(a) mas o cônjuge não está incluído no agregado familiar”, e o interessado autoriza o IH a consultar, junto de outros serviços, as respectivas informações. Se o seu regime matrimonial de bens for o “de separação de bens” ou o “regime da participação nos adquiridos”, a lista do agregado familiar pode não incluir o cônjuge, não afectando assim o concurso para habitação económica. De acordo com a actual lei em vigor, o IH, perante inúmeros casos, tem tido diferentes posições e interpretações da lei, pelo que os residentes não sabem o que fazer. Assim, a Administração deve rever o mecanismo de recuperação das habitações, se as respectivas recuperações são justas, ou não, e clarificar, quanto antes, a responsabilidade de cada caso, revendo também os respectivos procedimentos, nomeadamente, se há vícios ou injustiças no processo. O Governo não deve empurrar todos os casos para serem tratados em sede do Tribunal Administrativo, pois isso gasta o dinheiro dos residentes, bem como o erário público, levando também a um confronto entre os residentes e o Governo.

A habitação é um elemento importante para o desenvolvimento familiar e para resolver esta necessidade real dos residentes o Governo precisa de construir habitações económicas. Mas se os agregados familiares, por razões de espera na obtenção da habitação, não conseguem casar ou receber heranças por um longo período, isto, indirectamente, limita a sua vida familiar e parece que entra em conflito com a intenção originária, descurando até as necessidades de desenvolvimento familiar dos residentes e violando expressamente a Lei de bases da política familiar. Assim, a futura revisão da Lei da habitação económica e a construção de habitações públicas devem seguir a ideologia orientadora da Lei de bases da política familiar, nomeadamente, atendendo às futuras necessidades de desenvolvimento das famílias e criando-se condições para cada família poder ter uma habitação própria que coincida com as suas reais necessidades e tenha a privacidade adequada, evitando desarmonia familiar por causa do problema da habitação.

Para tanto, sugiro que se faça, quanto antes, uma avaliação dos casos de cancelamento da condição de poder efectuar a escritura pública, verificando se há vícios nos procedimentos. Ao mesmo tempo, tendo em conta os interesses e direitos dos residentes, deve rever-se, quanto antes, a lei da habitação económica, clarificando as condições e procedimentos para a qualificação, para evitar que no futuro aconteçam conflitos semelhantes. O mais importante é acelerar a eficiência na assinatura das escrituras públicas e o ritmo de construção das habitações, para que se concretize mesmo a ideia de “habitação para todos, bem-estar para todos”.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 11.04.2017

O actual sistema de gestão e tratamento dos resíduos de grande dimensão, adoptado pelo Governo, não é perfeito, e como a população não está sensibilizada para a protecção ambiental, é bastante grave a situação de abandono de mobiliário velho, electrodomésticos, e de materiais de construção civil nas ruas, especialmente nas esquinas e junto aos depósitos de lixo no Bairro Norte da península de Macau, afectando a higiene ambiental, ocupando muito espaço público, dificultando a circulação do trânsito e dos peões, e incomodando bastante o público em geral.

Como se sabe, a origem dos resíduos de grande dimensão, por exemplo mobiliário, é ligeiramente diferente da do lixo doméstico, pois só há abandono quando se muda de casa ou se fazem limpezas nas festividades. Mas segundo muitos residentes, o abandono destes resíduos não acontece só nestas situações, é já muito frequente. É de salientar que, segundo uma notícia, é grave o abandono a bel-prazer de resíduos de grande dimensão, e alguns residentes não sabem para que servem nem onde se encontram os respectivos postos de recolha, portanto, continuam a abandoná-los nos postos de lixo normais e nas ruas. O mesmo acontece com o restante lixo, que é abandonado por todo o lado e ao bel-prazer de cada um, assim, os postos normais de recolha de lixo estão sempre cheios. Também se abandonam resíduos de grande dimensão em ruas pequenas e estreitas, travessas e pátios traseiros de edifícios, onde os camiões não conseguem entrar e a recolha só pode ser feita à mão, sobrecarregando-se assim o trabalho dos lixeiros.

Segundo o “Regulamento Geral dos Espaços Públicos”, o abandono a bel-prazer de resíduos sólidos é uma infracção sancionada com pena de multa, e as autoridades têm colocado avisos de alerta nos locais de recolha de lixo com os seguintes dizeres: “é proibido o lançamento de lixo” e “o abandono de lixo é punido com multa de 600 patacas”. Para além disso, de acordo com as disposições legais vigentes, os residentes devem assegurar, por sua conta, o transporte de resíduos domésticos para a Central de Incineração para tratamento, e se forem resíduos industriais, é necessário que os transportem, também por sua conta, para a zona de aterro. Vejamos o que se passa noutros países e regiões: na Austrália, as câmaras municipais fixam um dia para a recolha dos diferentes tipos de resíduos de grande dimensão; no Japão, o abandono deste tipo de resíduos exige a compra de um autocolante especial, que deve ser colado ao lixo, caso contrário, este não é recolhido; nos Estados Unidos da América, as companhias de tratamento de resíduos de grande dimensão agendam, juntamente com as instituições de protecção ambiental e gestão de resíduos dos bairros comunitários, as datas para a recolha de materiais velhos e inúteis, e nessa altura, aparecem organizações diferentes que asseguram a recolha e a reciclagem; e na China, de acordo com o “regulamento de gestão de resíduos domésticos urbanos”, as mobílias velhas e inúteis de grande dimensão, etc. devem ser transportadas,

segundo um horário fixado, para os respectivos locais de recolha.

O sistema de gestão e tratamento de resíduos de grande dimensão não é nem eficaz nem ecológico, e não existe na sociedade a ideia de participação e sentido de responsabilidade, portanto, o problema do tratamento dos referidos resíduos já incomoda a população há imensos anos, e nem o sector respectivo nem o Governo conseguiram encontrar uma solução eficaz para o resolver. Sugiro, então, ao Governo que analise a situação e adopte mais e diversas formas de recolha de lixo, ou então, tendo em conta a realidade de Macau, que optimize o actual método em prática. Aliás, deve analisar a viabilidade do lançamento de serviços de “marcação telefónica para recolha domiciliária de resíduos” e da fixação de locais próprios para a recolha por parte da concessionária respectiva, deve realizar acções de sensibilização para elevar a consciência cívica dos cidadãos e, ainda, reforçar as acções de inspecção nos “pontos negros”, com vista a assegurar a saúde pública e a resolver o “velho, grave e difícil” problema do tratamento de resíduos de grande dimensão.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 11.04.2017

Por forma a promover o período do 13.º Plano Quinquenal e o futuro desenvolvimento a longo prazo, o Governo Central lançou 3 grandes estratégias: “Uma Faixa, uma Rota”, a Faixa Económica do Rio de Changjiang e também as estratégias do Desenvolvimento integrado da Região Jing-Jin-Ji, o que constitui forte força motriz no contínuo desenvolvimento económico da China. O desenvolvimento de Macau está intimamente ligado ao desenvolvimento da Pátria. Segundo o posicionamento de desenvolvimento e as vantagens específicas de Macau, de entre as 3 grandes estratégias, a que se liga melhor a Macau é a estratégia “Uma Faixa, uma Rota”. Assim, Macau deve aproveitar as oportunidades de desenvolvimento do País, desenvolver os seus pontos fortes tendo em conta as necessidades do País, e tomar a iniciativa de se integrar na estratégia “Uma Faixa, uma Rota”, para promover o seu desenvolvimento sustentável e próspero.

Em prol de uma melhor participação e contribuição da RAEM na construção de “Uma Faixa, uma Rota” do País, o Governo da RAEM criou a Comissão de Trabalho para a Construção de “Uma Faixa, Uma Rota”, para a elaboração de planos para os diversos trabalhos da respectiva construção. Neste ano, o Chefe do Executivo e a sua delegação tiveram encontros com os governos e serviços competentes do Interior da China, nomeadamente, das províncias de Guangdong e Fujian, e com o Gabinete para Assuntos dos Chineses do Ultramar do Conselho de Estado, etc., para abordar a cooperação conjunta no âmbito da participação na construção de “Uma Faixa, uma Rota”, e conseguiram *feedback* de diversas partes, o que muito contribuiu para um bom início na participação de Macau na construção de “Uma Faixa, uma Rota”.

Quanto aos trabalhos que podem ser efectuados para uma melhor participação de Macau na construção de “Uma Faixa, uma Rota”, apresento as 3 sugestões seguintes:

Primeiro, juntar a sabedoria das comunidades, conduzindo à participação dos diversos sectores. O Governo deve fazer mais trabalhos de sensibilização e de guia, a fim de reforçar os conhecimentos da sociedade de Macau sobre esta estratégia do Estado, permitindo aos residentes saberem porque é que “Uma Faixa, Uma Rota” tem uma relação íntima com o futuro de Macau, e assim envolver os diversos sectores na sua participação. Por outro lado, os residentes devem também aproveitar esta oportunidade estatal e, com a sabedoria comunitária, transmitir as suas opiniões ao Governo, para este poder definir políticas adequadas e que correspondam à realidade.

Segundo, exercer o papel de plataforma, promovendo a cooperação entre os países de língua portuguesa. Basicamente, os países de língua portuguesa da

“Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” não estão no mapa estratégico de “Uma Faixa, Uma Rota”. Enquanto ponto único de cruzamento de “Uma Faixa, Uma Rota” e de “Uma Plataforma”, Macau deve exercer plenamente a vantagem de contacto com os países de língua portuguesa e estabelecer uma coordenação com os planos gerais do Estado, combinando “Uma Plataforma” com “Uma Faixa, Uma Rota”, no sentido de promover a cooperação e o desenvolvimento económico dos países de língua portuguesa na estratégia “Uma Faixa, Uma Rota”.

Terceiro, empenhar-se na cooperação com o Sudeste Asiático de “Uma Faixa, Uma Rota”. Tendo em conta a localização geográfica e o desenvolvimento histórico, Macau deve empenhar-se na interacção com os países e regiões ligados à “Rota da Seda Marítima no Século XXI”, nomeadamente, exercendo a vantagem dos inúmeros chineses ultramarinos e, através de diversas actividades de intercâmbio, reforçar o contacto e a cooperação com os países do Sudeste Asiático, no sentido de criar a marca Macau.

IAOD da Deputada Chan Melinda Mei Yi em 11.04.17

Segundo o Relatório de Investigação do Comissariado contra a Corrupção (CCAC), registam-se irregularidades em vários serviços públicos, e mesmo perante as recomendações do CCAC, mantêm-se as irregularidades num deles, que nada teme e para quem a lei não existe.

Só depois da divulgação dos relatórios de investigação do Comissariado de Auditoria (CA) ou do CCAC, em que se revelam diferentes tipos de problemas e irregularidades, é que os serviços públicos afirmam que vão proceder ao devido acompanhamento e introduzir melhorias. Porém, os problemas continuam sem alguém proceda à efectivação das respectivas responsabilidades e a prática de ilegalidades é grave. Isto demonstra que existem, de facto, ilegalidades na actuação, caos na gestão e falta de fiscalização no dia-a-dia, entre outras doenças de difícil remédio. Os cidadãos acreditam, com plena razão, que isto é só uma ponta do iceberg. Em Macau, o sistema assenta na predominância do poder executivo, o que pressupõe que a autoridade pública assume uma posição predominante nos assuntos políticos e na gestão da sociedade, por isso, os serviços públicos têm de assumir, correspondente e necessariamente, mais responsabilidades políticas, e têm de se dotar de mais capacidade, no entanto, é de lamentar que não consigam, de forma notória, retirar ensinamentos dos relatórios do CA e do CCAC e rectificar o que está mal, em vez de darem o visto por não visto, o que acaba por resultar na repetição das ilegalidades. Se o Governo for líder da prática de ilegalidades, o impacto social será enorme, podendo até levar à falência a sua credibilidade, o que, em termos de longo prazo, vai necessariamente levar à redução incessante da eficiência, ao desperdício de recursos públicos, e até mesmo impedir o desenvolvimento social.

Perante isto, verifica-se que falta fiscalização e que os serviços não cumprem as ordens, portanto, a responsabilidade dos altos dirigentes do Governo é indeclinável. O Chefe do Executivo está sempre a dizer que vai “aperfeiçoar o regime de avaliação do desempenho dos dirigentes, através da fusão deste regime com o regime de responsabilidade dos dirigentes”. Primeiro, espero que os serviços administrativos, onde se registam as irregularidades e infracções administrativas que têm sido sucessivamente detectadas pelo CCAC, clarifiquem a situação e as responsabilidades, e se expliquem perante a população; segundo, os serviços administrativos devem retirar os devidos ensinamentos dos referidos casos, avaliar com seriedade os problemas, aperfeiçoar quanto antes os respectivos regimes, e erradicar as irregularidades e infracções administrativas, a fim de aumentar o nível da gestão administrativa.

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

A caminho de quase duas décadas do estabelecimento da RAEM, a maioria dos cidadãos está cada vez mais descontente com o fraco desempenho e a falta de capacidade de alguns dos titulares dos principais cargos públicos. Normalmente, quando confrontados com problemas que necessitam de uma rápida, hábil e inteligente solução para resolução dos problemas, principalmente quando se tratam de problemas directamente relacionados com a vida dos cidadãos, estes esquivam-se de assumir responsabilidades escondendo por detrás dos gabinetes do poder público.

Estou a referir os terrenos, transportes e habitação pública entre outras questões de forte impacto social e que foram objecto de forte contestação e ocorrência de recentes megamanifestações. A título exemplificativo, não posso deixar de referir, a recente trapaça do Instituto de Habitação (IH) a centenas de requerentes à habitação económica ao fornecer informações truncadas e erradas, ora ziguezagueando num dia, dum ano, uma coisa, ora desdizendo noutra dia e passados vários anos, sem se preocupar no mínimo com o teor, veracidade e responsabilidade das informações prestadas aos requerentes, como foi o caso paradigmático de obrigar os requerentes a optar pelo regime de separação de bens num ano para volvidos dois anos informar os requerentes da inutilidade deste regime de bens e indeferindo os pedidos, muitos deles já a residir nas moradias durante vários anos e à espera da assinatura da escritura pública.

Normalmente, quando “arrebentam” escândalos, como referido, estes governantes escondem por detrás dos gabinetes como quem tem uma dívida do Jogo, tentam de imediato “sacudir a água do capote” com se nada tivesse a ver consigo, passando toda responsabilidade para seus subordinados e estes, por sua vez, pela “escada abaixo” da cadeia hierárquica, quando deveria ser o inverso, ou seja, quanto mais elevado for o cargo público maior é a responsabilidade, e maior deveria ser o dever de assumir os seus erros e os erros dos seus subordinados pela deficiente ou errada supervisão não devendo de forma alguma esquivar das suas responsabilidades políticas, disciplinares e outras que possam existir. Mas este escândalo do IH é somente a ponta de enorme “iceberg” submerso num pantanal de águas cada vez mais turvas.

Muitos cidadãos, têm opinado, que basta ler os preâmbulos dos relatórios do CA e CCAC para compreender o sistemático e repetitivo abuso de competências e dos poderes públicos por parte de algumas das tutelas e serviços públicos. Os escândalos tornam-se repetitivos, ano após ano, “saltitando” de serviço público, os abusos e as ilegalidades. Muitos cidadãos perderam a paciência de ler os relatórios, porque todos eles têm de comum, de não haver responsáveis, nem apuramento de responsabilidades.

Às “ilegalidades”, as autoridades competentes “apelidam” de “irregularidades” sem ter a coragem de pedir responsabilidades disciplinares das tutelas nos termos legais constantes do Estatuto dos Titulares dos Principais Cargos Públicos e suas Regras de Conduta, como se os cidadãos fossem uns analfabetos e que não percebem de nada. Perante este cenário,

os cidadãos vão perdendo confiança nestas instituições, desmoronando a credibilidade acumulada, se ela, alguma vez, existiu.

Neste momento, a quase duas décadas do estabelecimento da RAEM, faz falta um sistema transparente e independente de declaração de interesses dos titulares dos principais cargos públicos (executivo, legislativo e judicial) de acesso directo e fácil aos cidadãos, para poderem estar sujeitos ao escrutínio público e à semelhança daquilo que já existe há muito tempo na RAEHK.

Para que a actividade governativa seja mais transparente e diminua o abuso sistemático dos poderes públicos e os trabalhadores sejam mais íntegros, não bastam a maciça proliferação de cursos de formação à integridade dos trabalhadores como “show off” que foram ministrados durante dezena de anos sem resultados positivos face aos sucessivos escândalos de corrupção com titulares dos principais cargos públicos.

A eficiência, o bom desempenho e a integridade global do contingente de quase 40 mil trabalhadores da função pública implica que tenham velhice salvaguardada incluindo a sua família por via do regime de aposentações e de sobrevivência à semelhança dos magistrados do MP e judiciais e à habitação pública condigna face a exclusividade das funções muitas delas desempenhadas até a aposentação.

Simultaneamente implica a existência de um sistema interno que seja eficaz e eficiente para protecção dos que tem a coragem de apresentar queixas contra da existência de ilegalidades e abusos de poder nalguns gabinetes do poder público. Será necessário um sistema legal que proteja contra as subsequentes retaliações e os camuflados despedimentos como a não renovação dos contratos de trabalho ou instauração sistemática de processos disciplinares de “lana caprina”.

Muito obrigado.

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 11 de Abril de 2017.

José Pereira Coutinho

高天賜 梁榮仔 議員辦事處

GABINETE DOS DEPUTADOS JOSÉ PEREIRA COUTINHO E LEONG VENG CHAI

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

Desde o estabelecimento da RAEM até a presente data e durante vários anos seguidos, o Governo tem referido publicamente que os trabalhadores da função pública são os recursos mais valiosos que existem dentro da função pública. Contudo, a generalidade dos trabalhadores sentem que o Governo não tem prestado as devidas atenções para com o seu bem-estar profissional e pessoal.

Na prática, e ano após ano, o Governo tomou decisões que prejudicaram gravemente os direitos adquiridos e os legítimos interesses da maioria dos trabalhadores afectando moral e mais grave criando muitas preocupações com a sua velhice. Por isso, neste momento, muitos trabalhadores pretendem, quanto antes, aposentarem da função pública, porque a gestão interna de muitos serviços, é cada vez pior. A situação torna-se mais grave quanto maior for a negligência das tutelas na supervisão dos serviços públicos por isso a frequência de casos de compadrio, nepotismo, abuso de poderes e corrupção. Estas vergonhas prejudicam imensamente os simples cidadãos que têm de recorrer ao recrutamento central para poder aceder à função pública, enquanto alguns felizardos entram “pela porta do cavalo.”

Muitos são os exemplos da constante desmoralização na generalidade da função pública que poderíamos elencar, mas a primeira “machada” foi a imposição unilateral do imposto profissional sem nivelar os salários como deveria ser feito e tendo como referência os exemplos semelhantes ocorridos no passado. A não nivelção dos salários resultou na grosseira violação do artigo 98.º da LB, por os vencimentos após cobrança do imposto profissional passarem a ser inferiores aos vencimentos auferidos à data do estabelecimento da RAEM.

A eliminação do regime de pensões de aposentação aos agentes das FSM e todo pessoal civil da função pública com excepção dos magistrados do MP e judiciais violou grosseiramente o artigo 25.º da LB quanto à condição social destes últimos quando comparado com a generalidade da função pública. E o desplante foi tão grande de anos atrás quererem instituir pensões de aposentação a ex-chefe de executivo e desvinculações chorudas e imunidades criminais através da famigerada Lei de aposentação e desvinculação dos titulares dos principais cargos públicos. Como bem diz um velho ditado “Como uns são mais iguais aos outros”.

Volvidos mais de 17 anos do estabelecimento da RAEM, o Governo que tanto tem dito ao longo dos anos que os trabalhadores são os recursos mais valiosos

高天賜 梁榮仔 議員辦事處

GABINETE DOS DEPUTADOS JOSÉ PEREIRA COUTINHO E LEONG VENG CHAI

que existem dentro da função pública, contudo até a presente data não conseguiu construir uma única habitação e todas as moradias que foram objecto dos poucos concursos públicos são moradias adquiridas ou construídas antes do estabelecimento da RAEM ou seja no mínimo há mais de vinte anos.

Os trabalhadores de base da função pública e os agentes das FSM são os trabalhadores mais prejudicados de todos os trabalhadores porque ao aposentarem com 65 anos de idade têm de continuar a trabalhar para poder sobreviver em Macau. Macau é considerada uma das cidades mais caras do mundo porque quase todas as principais actividades económicas são actividades monopolizadas. A qualidade de vida dos trabalhadores de base da função pública e dos agentes das FSM piora a partir do momento que se aposentam e que deixam de receber os subsídios de residência e de diuturnidades não obstante terem trabalhado toda a vida na função pública e dado o melhor da sua juventude servindo a população de Macau e as dezenas de milhões de turistas que nos visitam anualmente.

Assim apelamos ao Governo para proceder com urgência as devidas alterações legais no sentido de implementar um sistema mais justo e igual para todos, permitindo que os trabalhadores de base da função pública e os agentes das FSM que estejam abrangidos pelo regime de previdência possam continuar a receber os subsídios de residência e de diuturnidades em igualdade de circunstâncias com os trabalhadores adstritos ao regime de pensões de aposentações que continuam a receber estes subsídios após aposentados.

Muito obrigado.

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de
Macau aos 11 de Abril de 2017.

Leong Veng Chai

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 11.04.2017

Macau necessita de gastronomia tradicional ou de luxo?

O Governo anunciou que Macau vai ser candidata a cidade gastronómica da UNESCO, e os critérios definidos para uma cidade gastronómica são os seguintes: 1) possuir uma indústria gastronómica altamente desenvolvida no centro urbano da cidade; 2) possuir estabelecimentos gastronómicos activos e grande número de restaurantes tradicionais e chefes de cozinha; 3) possuir ingredientes especiais para a gastronomia tradicional do país; 4) possuir os segredos e modos de preparação tradicional dos pratos de comida regionais, mesmo com o desenvolvimento industrial e tecnológico; 5) possuir um mercado e indústrias gastronómicas tradicionais; 6) organizar festivais, competições e atribuições de prémios de gastronomia; 7) respeitar o processo de produção dos produtos gastronómicos tradicionais, dando a importância ao seu desenvolvimento sustentável; 8) dar importância à consciencialização do público sobre a gastronomia tradicional, promovendo-a em escolas e organizando acções de formação para assegurar uma gastronomia tradicional diversa¹. A candidatura de Macau anunciada pelo Governo irá promover, obviamente, o desenvolvimento de Macau como centro internacional de turismo e lazer. Porém, o problema é: Macau já reúne os requisitos referidos para ser uma Cidade Gastronómica?

Nos últimos anos, o Governo apoiou fortemente o desenvolvimento do sector do turismo e da restauração, por isso, surgem constantemente novos restaurantes Michelin e disponibilizam-se mais escolhas aos residentes e aos turistas. Nas regiões vizinhas, também há gastronomias variadas, tais como o ganso assado de Gujing e o pato cozido com casca seca de tangerina, em Xinhui, o arroz de enguia amarela e o frango amarelo, em Taishan, o molusco “Shan Keng” e a massa de arroz de Enping, e o ganso de Magang, em Kaiping. É certo que muitos dos turistas que visitam Macau pretendem experimentar os costumes de Macau e provar as gastronomias portuguesa, de Guangdong e locais, mas nem tudo está a correr como se deseja, porque cada vez menos restaurantes com gastronomias locais ainda “sobrevivem”, tais como a canja com miudezas de vaca, a massa “Chok Seng” e o biscoito de “galinha”. Isto deve-se ao custo com recursos humanos e rendas, e, como há falta permanente de apoio, é difícil dar continuidade à exploração desses restaurantes apenas com as técnicas tradicionais, o que leva ao seu declínio ou até ao encerramento sucessivo. Mais, uma “Cidade de gastronomia” exige um mercado de produtos alimentícios tradicionais e uma indústria de produtos alimentares. Será que Macau dispõe destes dois elementos? Por exemplo, quanto às galinhas que os chineses gostam de comer, as regiões vizinhas permitem a criação dessa ave, e pode-se usar galinhas vivas para cozinhar diversos pratos, tais como, Galinha à Wenchang, Galinha à Qingyuan, Galinha com barba, etc. Mas é provável que não haja no futuro o fornecimento de galinhas vivas a Macau, os barcos de pesca já se

¹ “Baidu” Enciclopédia

mudaram para o porto de Zhuhai, e o fornecimento de peixes selvagens é também escasso. Portanto, Macau já não consegue comparar-se com as regiões vizinhas apenas ao nível das matérias-primas. Alguns cidadãos levantam as seguintes questões: como é que o Governo procede à definição de “cidade gastronómica”? Esta tem em conta as comidas tradicionais locais servidas à população em geral e aos turistas? Ou apenas tem em conta as comidas servidas às pessoas ricas nos restaurantes com estrelas Michelin? Ou o Governo considera que é possível construir Macau como cidade gastronómica com as comidas típicas que os turistas costumam comprar como lembrança? De qualquer maneira, as comidas tradicionais estão a desaparecer gradualmente. O Governo pode dizer, ou não, quais são as comidas tradicionais e típicas que Macau possui para conseguir a sua candidatura a cidade gastronómica?

A sociedade espera que a candidatura de Macau a “cidade gastronómica” apresentada pelo Governo não seja apenas um *slogan*, mas, sim, uma plena optimização da cultura gastronómica, incluindo, especialmente, a formação de “chefes de cozinha” locais. Quanto ao apoio aos restaurantes pequenos e médios, deve tomar medidas adequadas para ajudar a reabilitação das suas actividades. Aliás, deve dar importância ao aumento da qualidade dos serviços da indústria da restauração, com vista a criar uma cultura própria de gastronomia e uma “cidade gastronómica” que consiga satisfazer as necessidades dos cidadãos e turistas. Mas o mais significativo é permitir às pessoas de Macau e aos turistas comidas tradicionais baratas e boas.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 11.04.2017

Dar satisfações quanto à responsabilização dos altos dirigentes pelas acções governativas irregulares comprovadas pelo CCAC e CA

O Regulamento Administrativo n.º 24/2010 (Estatuto dos titulares dos principais cargos da Região Administrativa Especial de Macau) prevê, claramente, que os titulares dos principais cargos devem assegurar a direcção, superintendência ou tutela dos serviços ou entidades subordinados, para evitar a ocorrência nos mesmos de quaisquer infracções ou situações de abuso de poder. A Lei n.º 15/2009 (Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia) também prevê, claramente, as responsabilidades específicas do pessoal de direcção e chefia. Mas o público questiona que, na existência de infracções e situações de abuso de poder em muitos serviços, comprovada pelos relatórios divulgados pelo Comissariado contra a Corrupção e pelo Comissariado de Auditoria, nem o Chefe do Executivo nem os titulares dos principais cargos foram alvo de responsabilização, o que leva alguns cidadãos a afirmarem que cada caso é como “fogo-de-artifício”, que “queimou e acabou”, e nenhum dirigente é alvo de responsabilização, o que não consegue, eficazmente, impedir as lacunas nas acções governativas. Recentemente, os casos suspeitos de fuga às responsabilidades que despertaram especial atenção do público incluem: o de desperdício de erário público decorrente da baixa qualidade dos serviços de banda larga sem fios “WiFi Go”, revelado por um relatório divulgado após a extinção do serviço público, e o da fábrica de panchões, com desperdício grave de recursos públicos decorrente da troca de um terreno pequeno por um grande, revelado por um relatório divulgado muito tempo após a saída de vários dirigentes, entre outras irregularidades reveladas por relatórios após a saída dos dirigentes responsáveis.

A meu ver, atendendo ao caso de desperdício do erário público decorrente da baixa qualidade dos serviços de banda larga sem fios “WiFi Go”, revelado pelo relatório do CA, o Governo deve esclarecer publicamente se, para além de reparar o erro revelado, chegou a adoptar medidas para impedir as lacunas nas acções governativas, bem como, nos termos legais, censurar e imputar responsabilidades a algum dirigente. Atendendo ao caso da fábrica de panchões, com desperdício de recursos públicos decorrente da troca de um terreno pequeno por um grande, revelado pelo relatório do CCAC, o Governo deve esclarecer publicamente se, para além de reparar o erro revelado, chegou a adoptar medidas para impedir as lacunas nas acções governativas, bem como, nos termos legais, censurar e imputar responsabilidades a algum dirigente. Atendendo aos diversos vícios gritantes revelados por relatórios do CCAC e CA, o Governo deve esclarecer publicamente se, para além de reparar os erros revelados, chegou a adoptar medidas para impedir as lacunas nas acções governativas, bem como, nos termos legais, censurar e imputar responsabilidades a algum dirigente.

IAOD do Deputado Au Kam San em 11.04.2017

Há que acelerar a construção de habitação económica nos terrenos junto à Avenida Wai Long

Segundo os planos, nos terrenos com uma área superior a 80 mil metros quadrados, junto à Avenida Wai Long, iam ser construídas 26 torres com alturas entre 85 e 155 metros, ocupando uma área de 53 mil metros quadrados. Mas como esses terrenos estavam envolvidos no caso Ao Man Long, a concessão foi considerada ilegal e o Governo declarou a sua caducidade e retomou-os.

Excluindo os novos aterros urbanos, os referidos terrenos, com mais de 80 mil metros quadrados, junto à Avenida Wai Long, são os maiores de Macau, portanto, são muitos os interessados em ocupá-los. Perante isto, desde que o Governo declarou a caducidade que tenho solicitado que nesses terrenos se construa habitação pública, especialmente económica, a fim de satisfazer as necessidades da população.

No último concurso para a habitação económica, candidataram-se 42 famílias a apenas 1900 fracções disponíveis. Claro que nem todos os candidatos reuniam as condições exigidas, e o método de “sorteio seguido de apreciação” tornou impossível confirmar qual o número total das famílias que as reuniam. Segundo a experiência, os candidatos que reúnem condições são normalmente cerca de 60 a 70 por cento, portanto, tomando como base de cálculo 60 por cento, pelo menos 24 mil famílias qualificadas continuam à espera de uma habitação económica.

Segundo os planos, o Governo vai disponibilizar 28 mil habitações públicas na Zona A dos novos aterros, mas perante o ponto de situação das obras e a falta de compromisso e de um calendário por parte do Governo, isso ainda vai demorar muito tempo, e a água que está longe não mata a sede.

Assim, as expectativas recaem sobre os terrenos na Avenida Wai Long, que reúnem condições para desenvolvimento e que foram já destinados à construção de habitação. Sob a pressão social, o Governo prometeu que todos os terrenos retomados iam ser prioritariamente destinados à construção de habitação pública, portanto, o melhor destino a dar aos terrenos na Avenida Wai Long é a construção de habitação pública.

Apesar das diferentes opiniões sobre a construção em grande quantidade de habitações públicas, considero que sempre que não se altere o objectivo de construir habitação pública, todas as opiniões merecem consideração. Se não se

devem construir prédios com 150 metros de altura, que podem prejudicar a paisagem e as áreas verdes, então, diminua-se a altura adequadamente; tal complexo de habitação pública, de grande dimensão, se tiver 8000 fracções vai albergar mais de 20 mil pessoas, portanto, talvez as instalações comunitárias não sejam suficientes e os transportes sejam uma dificuldade, então, é melhor planejar tudo o mais cedo possível. Veja-se o projecto original do *La Scala*, que incluía uma área de construção residencial de 537 mil 560 metros quadrados, e um auto-silo ocupando 194 mil metros quadrados. As fracções económicas são do tamanho de um quadradinho de soja, portanto, numa área de 530 mil metros quadrados cabem, no mínimo, mais de 10 mil fracções. Mas segundo os planos, vão construir-se apenas 8000, creio que se retirar uma pequena área à parte residencial e for cortado algum espaço ao silo-auto, que ocupa cerca de 200 mil metros quadrados, é possível construir mais instalações comunitárias para comodidade dos residentes. Se estiverem reunidas naquela zona instalações comunitárias, tais como escolas, creches, mercado municipal, etc., os residentes não têm de se deslocar para outras zonas para ir à escola e ao trabalho, ao mercado, às consultas médicas e às compras de produtos do dia-a-dia, o que só vai aliviar a pressão do trânsito. Se forem retiradas as devidas lições dos atrasos registados com as instalações comunitárias de Seac Pai Van, a construção das habitações públicas na Avenida Wai Long será melhor.

As pessoas continuam preocupadas com a proporção de habitações económicas e sociais. Na minha opinião, a proporção nada tem a ver com o disparate de as habitações sociais serem prioritárias e as económicas complemento, mas sim com o que é mais adequado para cada zona. Todos sabem que as restrições são maiores no caso da habitação social, que se destina apenas às famílias vulneráveis e com baixos rendimentos, assim, os terrenos próximos dos bairros antigos são os mais adequados para a construção de habitação social, por exemplo, em Mong Há, T'oi Sán, e ainda os terrenos da antiga Central Térmica na Areia Preta, da antiga sede do conselho consultivo dos serviços comunitários no Iao Hon, e os terrenos no Lam Mau. A construção de habitações sociais nesses terrenos pode reduzir significativamente os custos de vida dos residentes, tratando-se portanto de zonas propícias para os residentes viverem. Os terrenos que ficam mais longe, por exemplo os da Avenida Wai Long, implicam deslocações e consequentes despesas, portanto, são adequados para a construção de habitação económica, porque os compradores destas habitações não são famílias vulneráveis, têm até alguma capacidade económica, só que não conseguem suportar o preço astronómico dos imóveis do mercado privado. Os residentes que vivem em habitações económicas têm capacidade para suportar razoáveis custos de vida e despesas com transportes, por isso, é mais adequado construir habitação económica nos terrenos da Avenida Wai Lon.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 11.04.2017

Sr. Presidente e caros colegas:

Durante as “duas reuniões” que terminaram recentemente, o Presidente do Comité Permanente da APN, Zhang Dejiang, afirmou que os problemas profundos da Lei de Terras e do trânsito de Macau devem ser resolvidos ao abrigo do princípio “Um País, dois Sistemas” e da Lei Básica. O subdirector do Gabinete de Ligação do Governo Central em Macau, Chen Sixi, reiterou que o Governo da RAEM deve resolver o problema dos terrenos, incluindo o do *Pearl Horizon*. Isto demonstra que o caso do *Pearl Horizon* não é um caso isolado, portanto, o Governo deve resolver, pela raiz, o problema dos conflitos de terrenos decorrentes da aplicação da nova Lei de Terras.

No plenário de 30 de Março, mais de dez deputados deram atenção aos problemas dos terrenos e do *Pearl Horizon*, e isto demonstra que a resolução dos problemas decorrentes da aplicação da nova Lei de Terras já criou consenso social. De que soluções dispõe o Governo para resolver o caso do *Pearl Horizon*, a retoma dos 65 terrenos não aproveitados cuja responsabilidade não é imputável ao concessionário e a suspensão do pedido para a concessão de terrenos na Vila de Coloane?

Segundo a nota justificativa do proponente, a nova Lei de Terras visa erradicar os problemas dos “terrenos por desenvolver”. De acordo com o respectivo parecer, o Governo distingue, na prática, os “terrenos por desenvolver” com base em três critérios principais: 1) verificar se o prazo de concessão está expirado ou quase a expirar; 2) se o concessionário deixou o prémio por pagar; 3) se o concessionário, depois da concessão do terreno, apresentou o respectivo projecto de desenvolvimento, para efeitos de apreciação e autorização, ou se nunca procedeu ao acompanhamento da situação do seu processo. Seguindo esses critérios, é evidente que o “Pearl Horizon” em construção não é um “terreno por desenvolver”.

Se o Governo, logo no início, decidiu recuperar o terreno do “Pearl Horizon” em Dezembro de 2015, ou seja, após o termo do prazo da concessão, porque é que aprovou o projecto de construção da Polytec em Agosto de 2013 e emitiu a licença de obra em Janeiro de 2014? O Governo sabe, de certeza, que é quase impossível a conclusão de um grande projecto como o do “Pearl Horizon” num curto prazo de dois anos, pelo que não pode empurrar as responsabilidades para os pequenos proprietários, nem deve levar esses inocentes a arcar com as respectivas consequências.

Quanto aos 65 terrenos cujo desaproveitamento foi qualificado como não imputável aos concessionários, como o Governo não emitiu as respectivas plantas de alinhamento nem as licenças para execução de obras, o aproveitamento por parte dos concessionários não foi possível, apesar de terem a concessão dos terrenos. Agora, veio o Governo retomar esses terrenos, mesmo sem aqueles terem culpa. Mais, os residentes da Vila de Coloane também foram prejudicados com a aplicação da nova Lei de Terras. O Governo lançou, em 2009, o “Plano para os Pedidos de Concessão de Terrenos na Vila de Coloane”, visando, através da concessão de terrenos, permitir às 260 famílias que possuem “escrituras de papel de seda” reconstruir ou reparar as casas já em ruínas. Mas, depois de ter concedido 4 terrenos, o Governo suspendeu de repente o referido plano, alegando que entrava em conflito com a nova Lei de Terras. Tendo sabido da impossibilidade de reconstruir o seu velho lar e de instalar novos equipamentos, como um novo contador de electricidade, e ar condicionado, os residentes de Coloane ficaram surpreendidos e desapontados com a conduta do Governo.

Afinal, tanto no caso do *Pearl Horizon*, como no dos referidos 65 terrenos, ou ainda no das 260 famílias de Coloane, os interesses legítimos dos envolvidos devem ser salvaguardados! Há dias, 19 deputados enviaram uma carta ao Chefe do Executivo manifestando a sua atenção ao caso do *Pearl Horizon*, e o Governo respondeu expressamente que este caso não cai no âmbito de interesse público. Espero que o Governo e a AL possam desenvolver a sua inteligência política, e que, com o respeito pelo princípio “Um país, dois sistemas” e pela Lei Básica, resolvam, quanto antes e de acordo com a lei, os conflitos de terrenos, independentemente da sua forma de solução, isto é, interpretação da lei ou revisão da lei.